



Decisão Monocrática 00106/2026-5

Produzido em fase anterior ao julgamento

Processo: 05619/2025-2

Classificação: Prestação de Contas Anual de Prefeito

Exercício: 2024

UG: PMPB - Prefeitura Municipal de Ponto Belo

Relator: Domingos Augusto Taufner

Interessado: MARCOS COUTINHO SANT AGUIDA DO NASCIMENTO

Responsável: JAIME SANTOS OLIVEIRA JUNIOR

Tratam os autos de Prestação de Contas Anual de Prefeito da Prefeitura Municipal de Ponto Belo, referente ao exercício de 2024, sob a responsabilidade do senhor Jaime Santos Oliveira Junior, prefeito à época.

A área técnica, por meio do Núcleo de Controle Externo de Consolidação de Contas de Governo – NCCONTAS, no Relatório Técnico nº 00012/2026-8 (evento 115), propôs a **citação** do Sr. Jaime Santos Oliveira Junior para apresentação de razões de justificativa quanto ao achado identificado, bem como a **notificação** do atual Prefeito, Sr. Marcos Coutinho Sant Aguida Do Nascimento, ou de seu eventual sucessor, nos termos do art. 14 da Resolução TC nº 361/2022 c/c art. 358, III, do RITCEES, para manifestação acerca das consequências práticas das medidas sugeridas, eventuais alternativas e para fins de ciência, na forma de ALERTA, propostas estas reiteradas no Despacho nº 3254/2026-2 (evento 135).

Ante do exposto, **DECIDO:**

- **CITAR** com fundamento no art. artigo 63, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 621/2012 c/c 126 e art. 358, I, do RITCEES, o Sr. **JAIME SANTOS OLIVEIRA JUNIOR** – Prefeito Municipal de Ponto Belo, no



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

exercício de 2024, para que apresente, caso queira, razões de justificativa sobre o achado apontado na subseção 10.1 do Relatório Técnico 12/2026-8, no **prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias**; e

- **NOTIFICAR** com fundamento no art. 63, inciso III, da Lei Complementar Estadual nº 621/2012 c/c artigo 358, incisos III, da Resolução TC nº 261/2013 – RITCEES e art. 14 da Resolução TC 361 de 19 de abril de 2022, o Sr. **MARCOS COUTINHO SANT AGUIDA DO NASCIMENTO** – atual Prefeito Municipal de Ponto Belo, para que se pronuncie, caso queira, sobre as propostas de determinações registradas na subseção 10.2 do Relatório Técnico 12/2026-8, no **prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias**.

Determino o encaminhamento de cópia integral do Relatório Técnico nº 00012/2026-8 (evento 115), para remessa aos interessados, juntamente com os respectivos Termos de Citação e Notificação.

Fica o responsável ciente de que:

- a) A comunicação dos atos processuais ter-se-á como realizada quando confirmada por recibo assinado por pessoa encarregada de receber correspondência, por membro da família ou por empregado do responsável, ou ainda, quando efetivada a consulta eletrônica ao teor da comunicação dos atos (art. 64, § 1º, incisos I e II, da Lei Orgânica do TCEES e art. 359, § 2º, incisos I e II, do RITCEES);
- b) Não atendimento à citação implicará na declaração de revelia, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo (art. 65 da Lei Orgânica do TCEES, e art. 157, §7º do RITCEES);
- c) Após a citação, as demais comunicações de atos e decisões presumem-se perfeitas com a publicação no Diário Oficial Eletrônico do TCEES (art. 62 da Orgânica do TCEES e art. 360 do RITCEES);



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

- d)** Poderá o responsável, em nome próprio ou por procurador regularmente constituído, apresentar sua manifestação pelos meios admitidos em direito e, querendo apresentar sustentação oral, deverá observar os requisitos do art. 327 do RITCEES quando da apreciação dos presentes autos, cuja pauta de apreciação contendo a data da sessão será previamente publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCEES, na forma do art. 101 do mesmo diploma normativo, em observância aos princípios do devido processo legal, contraditório, ampla defesa e publicidade;
- e)** Não cabe recurso da decisão que determinar a citação (art. 153, inciso II, da Lei Orgânica do TCEES); e
- f)** A resposta ao termo de citação/notificação deverá observar o formato dos documentos aceitos pelo TCEES, de acordo com o disposto na Instrução Normativa TC 61/2020.

Por fim, **publique-se** esta decisão e remeta-se os presentes autos à Secretaria Geral das Sessões – SGS, para as providências supervenientes, na forma do artigo 300¹, da Resolução TC nº 261/2013 – RITCEES.

Em 9 de fevereiro de 2026.

DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER
Conselheiro Relator

¹ **Art. 300.** Determinada pelo Relator a abertura do contraditório ou a realização de diligência, o processo será remetido à secretaria do colegiado para que expeça os atos processuais relativos à citação, à notificação e à comunicação de diligência, e efetive o controle de prazo.